

# “O regicídio foi um acto revolucionário”

entrevista com Rui Ramos

**O regicídio parece um mistério. Segundo algumas análises, poderia não ter existido. Mas existiu. Existiu porquê?**

O mistério do regicídio foi sempre o mistério policial. Porque, em tempos políticos, foi sempre claro o que aconteceu. O regicídio que vitimou D.Carlos e o príncipe real D.Luís Filipe, no dia 1 de Fevereiro de 1908, não foi o tipo de atentado que acontece na Europa e na América dessa altura.

**O atentado anarquista?**

O anarquista, o indivíduo que lê uns livros, que milita numa pequena organização e que se lembra de deitar abaixo o sistema, dando um tiro no chefe de Estado, que vai a passar por ali. As armas de fogo permitiam isso. Já não se utilizavam punhais e venenos. Nesse tempo, os sistemas de segurança em nada se pareciam com os do século XX, os políticos deslocavam-se de carruagem aberta. O regicídio português não é esse género de acontecimentos: é o resultado de uma conspiração política. Os dois indivíduos que foram mortos no Terreiro do Paço e identificados como regicidas - aparentemente terá havido outros, nunca capturados e nunca perfeitamente identificados - faziam parte de um grupo armado que estivera envolvido, uns dias antes, na chamada revolução do 28 de Janeiro de 1908. Tinham sido treinados, as armas não eram das que se tinha em casa, eram carabinas modernas adquiridas pelos chefes dessa revolução, revolução que acontece num determinado contexto político. Nessa tentativa de revolução, tanto quanto os protagonistas dão a entender em depoimentos e memórias, havia a hipótese de fazer algo ao rei, capturar o rei, matar o rei, nunca ficou claro.

**No entanto, o rei era apenas o poder moderador.**

O rei era apenas o poder moderador, mas por ser o poder moderador era muita coisa. A figura do rei é hoje difícil de imaginar. Não é o rei absoluto de quem tudo depende, mas também não é a rainha de Inglaterra ou até o rei de Espanha, sobretudo figuras de cerimónias de Estado, do aparato de Estado, da pompa. O rei português não era um rei absoluto, mas mantinha um papel político. Parece-se muito com o Presidente da República quer do Estado Novo quer da Constituição de 1976: alguém que acaba por desempenhar um papel determinante, em última instância, no processo político. Mas o rei tinha mais poderes do que tem hoje o Presidente da República: como as eleições não eram consideradas por nenhum dos actores políticos como legítimas e correctas, representativas da vontade da nação - todos as achavam uma farsa -, era o rei que accionava o mecanismo de alternância no poder. Os partidos que estavam no poder chegavam lá porque o rei queria que chegassem. O rei não governava, mas ninguém

## **Diário de Notícias** 26-01-2008

governava sem que o rei lhe criasse condições. E o rei criava condições nomeando alguém primeiro-ministro, dando-lhe a possibilidade, através da dissolução da Câmara dos Deputados, de fazer eleições que ganhava sempre - todos os governos ganhavam as eleições. Além disso, nomeava-lhe pares do reino para uma segunda câmara, conseguindo maioria também nessa instância. Portanto, se o rei não quisesse nomear alguém primeiro-ministro, se mesmo tendo sido obrigado a nomeá-lo por qualquer razão depois não quisesse dissolver o Parlamento... D.Carlos discute os elencos dos ministérios com o primeiro-ministro, discute uma grande parte das medidas do Executivo, recebe os telegramas das embaixadas e às vezes redige as respostas, e tem um papel predominante na Defesa. Os governos dependem do rei, nada fazem sem enviar o projecto de lei ao rei. Dizia-se, e ainda se diz, que D.Carlos não era atento à governação, gostava de caçar e pescar. Não é verdade, porque não poderia ser verdade: aquilo nunca funcionaria se o rei não estivesse constantemente envolvido. O rei funciona como o grande eleitor, uma espécie de instituto de sondagens.

### **No reinado de D.Carlos, os governos caíram com frequência.**

Caíram com frequência em determinadas alturas. Há dois momentos de crise política: no início do reinado, quando D.Carlos sucede a D.Luís, em 1889, porque os dois grandes partidos, o Progressista e o Regenerador, se encontram muito fragilizados. Desfazem-se. Os chefes não são respeitados. Há ainda a questão financeira e a questão das colónias que provoca um problema diplomático com a Inglaterra. Os políticos aproveitam então para se liquidarem uns aos outros.

### **O problema das colónias que refere é o Ultramar.**

Sim. Uma época muito má. O rei desconfia dos chefes dos partidos e entrega o governo a figuras independentes. O que é que D.Carlos é levado a fazer a seguir a esta experiência, que dura entre 1889 e 1893? Tenta reconstituir as predominâncias políticas, de maneira a ter outra vez apenas dois grandes chefes de partido, dando ele ora o poder a um, ora o poder a outro. Arranja um líder para o Partido Regenerador, Hintze Ribeiro, e dá especial força a José Luciano de Castro, no Partido Progressista. Entre 1893 e 1906, os dois partidos vão-se revezando no poder. E os governos acabam por durar bastante tempo. No fundo, eram o mesmo partido com duas cabeças, aquilo a que se chama o rotativismo. A partir de 1905-1906 as coisas deterioram-se outra vez. Os partidos recomeçam a desfazer-se; os dois líderes, Hintze e José Luciano, passam a ser contestados, há cisões dentro nos partidos. João Franco abandona o Partido Regenerador e forma o Partido Regenerador Liberal; e José Maria de Alpoim cria a Dissidência Progressista. O movimento republicano cresce. E surgem problemas provocados pela inserção de Portugal no conjunto europeu, como a confirmação da aliança com a Inglaterra, mas sobretudo o saneamento do Estado, isto é, a liquidação da crise financeira e da bancarrota de 1889, exigindo reformas fiscais (o contrato do tabaco), um Estado mais eficiente, etc. D.Carlos apercebe-se de que os líderes políticos do período de estabilidade, do rotativismo, já não servem. É preciso arranjar outros. E quem é que pode arranjar outros? Se o Portugal da altura fosse uma democracia como a de hoje, o rei convocava eleições e via quem é que ganhava. Como não era, como os governos ganhavam sempre as eleições, quem tinha de escolher era ele. E ao escolher o chefe do governo, escolhia também o chefe da oposição. Imagine-se os políticos a aperceberem-se disto. Tentam influenciar o monarca para serem eles os escolhidos. Quer José Luciano de Castro, quer

## **Diário de Notícias** 26-01-2008

Hintze Ribeiro não estão dispostos a dar o lugar aos novos. Os novos, João Franco e José Maria de Alpoim, também não se entendem, percebem que se um for para lá isso não significa que o outro seja o escolhido para liderar a oposição. Então o rei, que engraçou com João Franco, aposta nele.

### **O rei dissolve o Parlamento...**

...Dissolve o Parlamento e deixa João Franco no Executivo, governando por decreto, o que na altura se chamava ditadura administrativa, que nada tem a ve com as ditaduras de hoje. No século XX, os governos passaram a ser todos de ditadura neste sentido, passaram todos a ter poderes legislativos. Na altura, embora não fosse constitucional, quando a Câmara de Deputados estava fechada, o Conselho de Ministros podia governar por decreto. Os decretos entravam em vigor e seriam aprovados retrospectivamente pelo Parlamento.

### **Tanto Hintze como José Luciano pediram também a ditadura.**

Toda a gente pede a ditadura. Porquê? Era uma maneira de disciplinar o Parlamento. Os partidos desfaziam-se porque um Governo elegia uma maioria, mas essa maioria, mal se via eleita, tornava-se indisciplinada, conspirava contra o Governo. Qual a única maneira de os governos contornarem isto? A certeza de terem o rei do seu lado, pois ele tinha poderes constitucionais para encerrar ou adiar o Parlamento. É essa condição que o rei dá a João Franco, em Maio de 1907. Os outros políticos ficam revoltados, não só porque Franco pode passar leis, mas porque presidirá às eleições.

### **E portanto criará um grande partido novo.**

Vai eleger uma quantidade de gente. Isto tornou-se ainda mais grave, em Dezembro de 1907, quando D.Carlos deixa João Franco mudar a Constituição, por decreto também. Em 1906, Hintze e José Luciano haviam contratado uma lei que estabelecia um número fixo de membros para a Câmara dos Pares. O que significava que só os falecidos eram substituídos. Assim, regeneradores e progressistas dominavam a câmara alta e só eles podiam governar em Portugal, mais ninguém, pois só eles tinham apoio na segunda câmara. Com o fim dos pares fixos, Franco iria nomear uma carrada deles, com o beneplácito do rei. Os que não fazem parte do plano - não vão estar no lugar do João Franco, mas também não vão estar no lugar do chefe da oposição - levaram isto muito a mal. Protestaram, barafustaram, conduziram campanhas de imprensa extremamente violentas; alguns lembraram-se de juntar-se aos republicanos para meter medo ao rei.

### **Essa gente queria mesmo fazer uma revolução?**

Tenho a ideia de que eles nunca souberam bem até onde é que queriam ir, porque não sabiam bem até onde precisariam de ir. Queriam uma conspiração de que chegasse notícia ao rei e este se assustasse, pensasse duas vezes e despedisse João Franco.

### **A situação descambou, porquê?**

As coisas têm uma certa lógica. Quando se começa a contactar pessoas e a arranjar armas, cria-se uma dinâmica que os próprios não conseguem controlar. É isso que se passa em Janeiro de 1908. Há políticos que tratam de combater o Governo, de eleger deputados, e há

## **Diário de Notícias** 26-01-2008

outros que se comprometem cada vez mais numa conspiração, sobretudo os da Dissidência Progressista, mas também alguns regeneradores.

### **António Maria da Silva, por exemplo.**

António Maria da Silva parte dos regeneradores para o campo republicano. Entretanto, há uma grande campanha contra o rei. A maior parte da imprensa - ligada aos grandes chefes partidários - estava contra o rei, que os ia afastando. E a razão que eles dão aponta para o egoísmo do rei: a questão dos adiantamentos à Casa Real. Os ministros, quando o rei estava aflito, adiantavam-lhe dinheiro. Uma bola de neve, porque quanto mais D.Carlos pedisse emprestado, menos possibilidades teria de pagar. Isto tinha consequências graves. Como isto não era público, havia uma série de políticos que tinha o rei na mão, fazendo chantagem. D.Carlos estava interessado em resolver o problema, mas nunca encontrara um governante que tivesse a coragem de o tentar em público, pois seria acusado de estar a saldar as dívidas do chefe de Estado. João Franco foi capaz de fazê-lo em ditadura.

### **Volto à questão inicial. O regicídio poderia não ter acontecido?**

É óbvio que poderia não ter acontecido. Imaginemos que o rei decidia não regressar a Lisboa naquele dia. Imaginemos que João Franco decidia colocar à volta de D.Carlos uma escolta enorme.

### **Parece que o rei não aceitava isso. Queria andar no meio do povo.**

Isso cria um ambiente de tragédia e fatalidade. Depois de todos os problemas que haviam existido em 28 de Janeiro de 1908, a revolução falhada, uma quantidade de gente presa...

### **Revolução um bocado caricata. Os conspiradores enfiados dentro de um elevador que não funciona.**

Que queriam eles exactamente fazer? Alguma daquela gente desejava verdadeiramente livrar-se da revolução e nunca se soube quem denunciou aquilo. A verdade é que José Maria de Alpoim fugiu para Espanha, com licença do Governo. Será que Alpoim não negociou com o Governo? Qual o objectivo dos revolucionários? O republicano Afonso Costa não estava na revolução e aparece no último minuto como chefe. Todas as revoluções são assim: está muita gente misturada, se resulta aparecem todos; alguns mostram-se apenas o suficiente para garantir um hipotético lugar. Falhada a revolução republicana de 28 de Janeiro de 1908, o Governo avança com uma lei para evitar julgamentos políticos, permitindo-lhe expulsar do país indivíduos que haviam sido pronunciados pelos tribunais por crimes de rebelião e conspiração. Em vez de julgar Afonso Costa, João Chagas, António José de Almeida e condená-los a penas de prisão, optava por pô-los na rua. O Governo já estava escaldado com uma lei anterior que punia abusos de liberdade de imprensa. Em 1907, houvera imensos julgamentos por abuso de liberdade de imprensa e nem uma única condenação. Toda a gente fora absolvida.

### **Os jornais por vezes eram suspensos.**

Eram suspensos, mas voltavam a publicar com títulos diferentes. Havia todo um jogo, típico da Monarquia. Para evitar isso, Franco optou por forçar os adversários ao exílio. E na lei

## Diário de Notícias 26-01-2008

estava previsto que os que de entre eles voltassem a Portugal seriam deportados para as colónias. Isto foi entendido como se o Executivo estivesse já a deportá-los para as colónias. O que revela enorme tensão política, um ambiente de exasperação, que terá levado alguns dos conspiradores a recorrer à última medida: o regicídio.

**Escreve, na sua biografia de D.Carlos, que alguns historiadores deram demasiada importância ao “kitsch” da situação, às fórmulas de arregimentação da Maçonaria, da Carbonária e das suas choças, e menos às circunstâncias políticas. Alpoim e o seu amigo Francisco de Herédia, visconde da Ribeira Brava, arranjam dinheiro para comprar espingardas e pistolas, mas era preciso alguém que as disparasse.**

Certo. Tinha havido sempre, em Portugal, regicidas de mesa de café. Nunca aconteceu nada. O que temos em 1907-1908 é uma dinâmica nova. Uma das melhores fontes para perceber isso é o livro “Um Escritor Confessa-se”, de Aquilino Ribeiro. Aquilino instala-se em Lisboa quase na mesma altura e com a mesma idade daqueles que vão ser os regicidas, Alfredo Costa e Manuel Buíça. Rapazes de província que vêm ganhar a vida para Lisboa e encontram um ambiente que os corta das suas raízes provincianas, católicas, reverenciais. Encontram uma cidade que, para Portugal, é enorme, com oito por cento da população nacional, onde há uma cultura de resistência à autoridade, de irreverência, de certa desenvoltura em termos intelectuais e comportamentais. O movimento republicano é um pouco o resultado disso e depois a estruturação disso, com uma cultura alternativa à cultura tradicional do país: lojas maçónicas, muitas delas não regularizadas, uma sociedade paramaçónica, como a das carbonárias, e que constituem sobretudo laços de solidariedade, de fraternidade, de uma fraternal sociedade masculina de jovens que se reúnem nos cafés de Lisboa até às tantas da manhã. Este caldo de cultura leva ao elogio do acto violento que impressione as pessoas e transforme a História. A conspiração política, só por si, nunca chegaria onde chegou se não tivesse coincidido com este caldo de cultura, urbano, juvenil, irreverente, romântico, exaltado, em que havia pessoas que não falavam só de dar tiros, davam mesmo tiros, como Manuel Buíça e Alfredo Costa e provavelmente outros que estiveram no Terreiro do Paço no dia 1 de Fevereiro de 1908.

O que se passou no Terreiro do Paço não foi um acto de vingança ou de retaliação, foi um acto revolucionário. Buíça, Costa e os outros tentaram, através de um atentado criar em Lisboa um ambiente de revolução.

Revista NS' do jornal DN de sábado dia 26-01-08